



**CREA-ES**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESPÍRITO SANTO**  
**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**ILMO. SR. RESPONSÁVEL PELO PREGÃO ELETRÔNICO N. 172/2021, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1038890/2021 EM REALIZAÇÃO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA/ES – SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE,**

**O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESPÍRITO SANTO - CREA/ES**, autarquia federal instituída pela Lei Federal nº 5.194/66, com sede na Rua Izidro Benezath, nº. 48 Ed. Six- Enseada do Suá – Vitória – ES – CEP: 29050-300 tel. 33349913, inscrito no CNPJ sob o nº 27.055.2350001-37, por seu procurador abaixo assinados, e-mail: [luciano.nascimento@creaes.org.br](mailto:luciano.nascimento@creaes.org.br), vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, apresentar **IMPUGNAÇÃO** ao Edital DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 172/2021 e, para tanto, expõe violações frontais que vem ocorrendo em sede Editalícia pela Municipalidade, com vias as sanar os equívocos para o correto prosseguimento do certame licitatório, em atendimento aos princípios fiscalizadores que norteiam o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Espírito Santo, pelos fundamentos de fato e de direito abaixo listados.

Verifica-se que está em andamento licitação pela Prefeitura de Vitória – ES, com o fim de contratar serviços de manutenção de áreas verdes, **em que não foram cumpridos requisitos essenciais e que permeiam a fiscalização pelo Conselho Regional**, nos termos da Lei n. 5.194/66.

Como primeiro ponto, a **ausência de apresentação de anotação de responsabilidade técnica** trata-se do primeiro fator violador em sede Editalícia. Os serviços de manutenção de áreas verdes são, indubitavelmente, atividades cuja competência pertence aos **profissionais da engenharia**. Consequentemente, deve a presente licitação manter estrita observância aos diplomas reguladores dos serviços desse âmbito.

Verifica-se, desse modo, que o Edital versa sobre serviços de engenharia, sendo ainda serviços especializados, de modo que o CREA, através da presente, crê que houve um equívoco por parte da Municipalidade quando da não apresentação da competente ART ao projeto.



**CREA-ES**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESPÍRITO SANTO**  
**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

Isto posto, a ilegalidade objeto desta denúncia salta aos olhos, posto que o manejo de resíduos sólidos também compreende os serviços de manutenção de áreas verdes, motivo pelo qual revela-se inadequada a adoção do pregão eletrônico no caso concreto:

Art. 7º Para os efeitos desta Lei, o serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos é composto pelas seguintes atividades:

III - de varrição de logradouros públicos, de limpeza de dispositivos de drenagem de águas pluviais, de limpeza de córregos e outros serviços, tais como poda, capina, raspagem e roçada, e de outros eventuais serviços de limpeza urbana, [...].

Da leitura do dispositivo supracitado, depreende-se que não há margem para controvérsias quanto à natureza do objeto contratado. Assim sendo, resta comprovado que a atuação da Municipalidade, com o máximo respeito, ignora normas essenciais que regem os processos administrativos e licitatórios. Por todo o exposto, necessária a anulação **do Pregão Eletrônico 172/2021**, para as adequações **necessárias**, em razão da desconformidade da modalidade adotada com objeto licitado e não apresentação da ART do projeto, considerando que a natureza é de serviço especializado.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Vitória/ES, 21 de setembro de 2021.

  
Luciano Alves Nascimento  
Procurador Geral do Crea-ES